



A
SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/292/2021/XII

Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Ponta Delgada, 27 de julho de 2021

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar

Vasco Alves Cordeiro

REQUERIMENTO

SOLICITAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE GOVERNO REGIONAL E ENTIDADES POR ELE TUTELADAS E IPSS E SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA NO AMBITO DO PROCESSO DE VACINAÇÃO – PELA 3ª VEZ

Face às suspeitas levantadas sobre o processo de vacinação nas Santas Casas da Misericórdia e Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores, o Secretário Regional da Saúde e Desporto foi ouvido na Comissão de Assuntos Sociais do Parlamento a 19 de fevereiro de 2021.

Nessa audição, o Sr. Secretário afirmou por várias vezes ter em sua posse a correspondência trocada entre o Governo Regional e as Instituições em causa.

Nesse momento, foi solicitado pelo Grupo Parlamentar do PS Açores o envio dessa correspondência aos Deputados da Comissão. O envio dessa informação nunca aconteceu.

Com base nisso, o Grupo Parlamentar do PS Açores apresentou um requerimento a 3 de março de 2021, o requerimento nº71, solicitando a correspondência referida pelo Sr. Secretário Regional na Comissão.

A 26 de Abril de 2021 fomos informados que o Governo Regional não iria disponibilizar essa correspondência invocando tratar-se de “correspondência alheia”, bem como tratar-se de alegada violação do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados da União Europeia!

Não concordamos com esta primeira resposta.

Os Deputados têm o direito e a obrigação de escrutinar a ação governativa solicitando todas as informações que entenderem pertinentes nesse âmbito e o Governo Regional tem o dever e obrigação de remeter, com total transparência, as informações e documentação que lhe é solicitada.

A documentação produzida ou emitida pelos vários departamentos governamentais e entidades por ele tuteladas são fundamentais nesse exercício, onde se inclui, obviamente, a correspondência trocada com entidades terceiras no âmbito da atividade governativa e das políticas públicas implementadas.

A Secretaria Regional da Saúde e Desporto, enquanto departamento governamental, não é indissociável das entidades por ela tuteladas, sendo por isso responsável política e legal.

Considerar “correspondência alheia” a correspondência de uma entidade pública por ela tutelada não é, no nosso entendimento, correto.

Invocar o Regulamento(UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação destes dados, não é correto, tendo em conta que em causa está a troca de correspondência institucional sobre a aplicação de políticas públicas de vacinação.

Além disso, existem mecanismos para, no envio de informações, salvaguardar os dados pessoais que possam estar referidos, como por exemplo truncar dados pessoais que não relevem para o assunto público em causa, bem como pode ser solicitado pelo Governo Regional a não disponibilização pública dos dados fornecidos se estiverem em causa informações cujo enquadramento legal obrigue ao seu sigilo e tratamento reservado.

Com base nessa discordância com a recusa do Governo em fornecer a documentação ao Parlamento, insistimos na solicitação da correspondência, através do requerimento nº107, a 28 de Abril de 2021.

Na passada semana, o Governo Regional voltou a recusar a disponibilização da correspondência solicitada, invocando agora o Regulamento Geral de Protecção de Dados e a alegada necessidade de autorização da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

Verifica-se, assim, uma recusa reiterada do Governo Regional em disponibilizar a correspondência que o próprio Secretário Regional da Saúde e Desporto

realçou por várias vezes em Comissão Parlamentar como sendo relevante para perceber os procedimentos adoptados no âmbito do processo de vacinação nas Santas Casas e IPSS dos Açores.

Lamentamos esta recusa e falta de transparência que é já um comportamento padrão na acção governativa nos Açores.

A transparência não se apregoa, exerce-se.

Ora, se o Governo nada tem a esconder sobre estes procedimentos deve, de imediato, disponibilizar a informação em causa, e não utilizar expedientes dilatatórios que não têm enquadramento nem relevância, quando se trata de correspondência trocada entre o Governo e Instituições, no âmbito de políticas públicas de vacinação, numa matéria tão séria e importante como é a vacinação contra o vírus SARS-COV-2.

Não estão em causa dados pessoais, que naturalmente teriam sempre de ser preservados, não estão em causa opções de âmbito privado sujeitas a qualquer tipo de regulamentação sigilosa. Estão em causa procedimentos no âmbito de políticas públicas, com o envolvimento do Governo Regional, sobre os quais os Deputados e, sobretudo, os Açorianos têm o direito de ser informados e esclarecidos.

É por isso que reiteramos o pedido já feito ao Governo por duas vezes e exigimos que seja disponibilizado aos Deputados do Parlamento dos Açores a documentação com a troca de correspondência entre a Secretaria Regional da Saúde e Desporto e entidades por ela tuteladas e as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santas Casas da Misericórdia dos Açores desde o início do processo de vacinação de utentes e funcionários destas instituições.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS Açores solicita:



GRUPO
PARLAMENTAR

Partido Socialista
AÇORES

- A correspondência trocada entre o Governo Regional e as entidades por ele tuteladas com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santas Casas da Misericórdia dos Açores, no âmbito do processo de vacinação e aplicação das vacinas, desde o início do processo de vacinação de utentes e funcionários destas instituições.

Terceira, 27 de julho de 2021

Os Deputados

Berto Messias

João Vasco Costa

Manuel Ramos

Tiago Branco

Vilson Gomes

Tiago Lopes